

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

25/05/2026

Sumário

1. Goiás reforça mecanismos de controle após auditoria nacional sobre emendas Pix

2. TCE investiga "emendas pix" em Goiás

DIÁRIO DE APARECIDA - GO • impresso • tce-go
22 de Maio de 2026 às 00:00

Goiás reforça mecanismos de controle após auditoria nacional sobre emendas Pix

Visualizar notícia

CONTAS ESTADUAIS

Goiás reforça controle após auditoria do TCU sobre emendas Pix federais



Reprodução/TCE-GO

Governo estadual informa que já iniciou adequações em sistemas de rastreabilidade e transparência após apontamentos preliminares do Tribunal de Contas da União

3

FISCALIZAÇÃO

Goiás reforça mecanismos de controle após auditoria nacional sobre emendas Pix

Governo afirma que já iniciou adequações em sistemas de rastreabilidade e transparência após apontamentos preliminares do Tribunal de Contas da União

Fernanda Cappellesso
jornalismo@diariodeaparecida.com

Reprodução/TCE-GO



Fiscalização conduzida pelo TCU e pelo TCE-GO analisa transferências especiais destinadas a órgãos estaduais

O governo de Goiás afirmou ter iniciado medidas de reforço em mecanismos de controle, rastreabilidade e transparência após os apontamentos preliminares da auditoria nacional sobre as chamadas "emendas Pix", modalidade criada para transferências especiais da União a Estados e municípios. As respostas foram encaminhadas ao **Diário de Aparecida** após questionamentos da reportagem sobre a fiscalização coordenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em parceria com tribunais estaduais.

Em Goiás, o levantamento conduzido pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) acompanha R$ 6,35 milhões destinados entre junho e outubro de 2025 à Secretaria da Retomada, Goiás Turismo e Polícia Civil de Goiás. Os relatórios preliminares apontaram a necessidade de aprimoramento em áreas como detalhamento das informações no sistema Transferegov, utilização de contas específicas para movimentação dos recursos e reforço na transparência das contratações públicas.

Segundo dados nacionais da auditoria, mais de 90% das transferências analisadas apresentaram algum tipo de inconsistência administrativa ou vulnerabilidade operacional. O processo ainda está em fase de coleta de manifestações técnicas e de análise pelos órgãos fiscalizadores.

Na resposta enviada ao **DA**, o governo estadual afirmou que os apontamentos integram um "processo regular de fiscalização e aperfeiçoamento dos mecanismos de governança, controle e transparência".

A gestão informou ainda que já iniciou procedimentos de adequação às exigências dos órgãos de controle e destacou a implantação do BI de Acompanhamento das Emendas Federais, plataforma criada para monitorar execução financeira, rastreamento e prestação de contas dos repasses. Segundo o governo, a ferramenta contribuiu para que Goiás alcançasse o segundo lugar nacional no Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) de 2025.

A administração estadual também defendeu o modelo das transferências especiais, argumentando que a modalidade amplia agilidade administrativa e reduz burocracias na execução de políticas públicas. Ao mesmo tempo, reconheceu que o sistema ainda exige aperfeiçoamentos operacionais contínuos para fortalecer mecanismos de transparência e eficiência do gasto público. O processo no TCE-GO é relatado pelo conselheiro Saulo Mesquita e seguirá para análise do plenário da Corte após conclusão da fase técnica.

Estado goiano supera média nacional em indicador de rastreabilidade do TCU

Apesar dos apontamentos preliminares feitos pela auditoria nacional das chamadas "emendas Pix", Goiás registrou desempenho acima da média nacional no Indicador de Transparência Ativa das Transferências Especiais (Taep), criado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo dados da fiscalização, a média nacional ficou em 26,7 pontos numa escala de 0 a 100. Goiás alcançou índice superior a 70 pontos. Na resposta enviada ao **DA**, o governo estadual afirmou que o resultado está relacionado às medidas implantadas para ampliar monitoramento, rastreabilidade e prestação de contas das transferências federais.

O Estado também informou que os órgãos citados pela auditoria apresentaram esclarecimentos técnicos dentro dos prazos estabelecidos pelo TCE-GO e seguem à disposição para novos questionamentos durante o andamento da fiscalização. Os relatórios finais da auditoria serão encaminhados ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal, onde o tema é acompanhado dentro da ADPF 854, sob relatoria do ministro Flávio Dino.

TV ANHANGUERA AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO • tv • tce-go

22 de Maio de 2026 às 19:18

TCE investiga "emendas pix" em Goiás

Visualizar notícia



Mais de seis milhões de reais das chamadas emendas PIX estão na mira do Tribunal de Contas de Goiás. Esse dinheiro foi destinado ao governo do Estado por parlamentares federais. Essa fiscalização faz parte de uma força tarefa nacional que identificou irregularidades em 90% no uso desse tipo de recurso no país. Em Goiás, quatro emendas federais que transferiram recursos para órgãos públicos do Estado foram analisadas por uma equipe de auditoria do Tribunal de Contas. Uma delas de um milhão de reais do senador Wilbur Moraes foi destinada a ações de promoção do turismo. Os auditores identificaram que o dinheiro foi usado para quatro eventos. Ao cruzar os dados, o TCA verificou que os valores estavam acima do preço médio de mercado adotado como referência pela auditoria. Essa auditoria estabelece que existe um preço médio de mercado e se ultrapassar 10% desse preço médio é um indício de sobrepreço. Em alguns shows houve esse indício porque houve um excesso, ultrapassou-se essa média na ordem de 15 a 20%. O que acontece agora então já identificou isso? O Tribunal está ouvindo, os responsáveis é necessário instaurar o contraditório, isso foi feito, os responsáveis, os gestores já prestaram os agradecimentos, a unidade técnica do Tribunal está toando sobre isso agora para dar o seu parecer e o Tribunal vai deliberar respeito. Apesar de já ter identificado os eventos, o Tribunal só deve divulgar os nomes após a conclusão da auditoria. Mas a nossa reportagem apurou que foram shows e encontros em três cidades do Estado. São alguns shows que foram custeados então pela Goiás Turismo com recursos dessas emendas constitucionais, mas o Tribunal está impedido nesse momento de divulgar quais são os shows porque a lei de transparência estadual impede que nós façamos a divulgação de uma auditoria em andamento, mas após o julgamento pelo colegiado será dada ampla publicidade a respeito. Das outras três emendas analisadas, duas são do deputado federal, o professor Alcides, uma de 4,5 milhões para a estruturação de espaços culturais e equipamentos para cursos de corte e costura, a outra de 500 mil reais para equipamentos para capacitação profissional, a outra é de 350 mil reais do então deputado federal, Alcides Rodrigues, para aparelhamento de delegacias. As são emendas PIX criadas a partir de 2019, esse tipo de emenda recebeu esse apelido porque o dinheiro é transferido diretamente para estados e municípios, mas o modelo passou a ser questionado pela dificuldade de rastrear como o recurso era gasto, o assunto foi parar no Supremo Tribunal Federal que cobrou mais controle

sobre esse tipo de repasse. A fatida e tribunais de contas de todo o país passaram a atuar numa força tarefa nacional. Em todo o Brasil a auditoria analisou 497 milhões em transferências especiais, mais de 90% das emendas fiscalizadas apresentaram algum tipo de inconsistência ou vulnerabilidade. Os prejuízos estimados aos cofres públicos passam de 16 milhões de reais. Em Goiás o total fiscalizado é de 6 milhões 350 mil reais. A auditoria está na fase de coleta de provas e das justificativas dos órgãos envolvidos, mas segundo o conselheiro responsável pela análise em Goiás, um problema encontrado nesse tipo de emenda parlamentar é a falta de detalhamento das informações, mas ele garante que nos casos de superfaturamento e desvio é possível recuperar o dinheiro público usado de forma irregular. Se houver a comprovação desses achados de superfaturamento, de sobrepreso, o caminho é a condenação do gestor e de todos os responsáveis a ressarcer o heráreo, o Tribunal expede tão um decreto condenatório, o Tribunal aplica também as sanções legais como multa e outras sanções previstas em lei, e se houver indício de improbidade e também da prática de crime, encaminhe-se ao Ministério Público para apuração na sua esfera de competência. Governo de Goiás informou que os recursos das emendas citadas foram aplicadas de forma regular e em total conformidade com a legislação. A nota dispistada mantém colaboração permanente com órgão de controle, com envio integral das informações pedidas. O senador Wilder Moraes do PL disse que a emenda atendeu todos os requisitos legais para a liberação dos recursos seguindo todas as normas exigidas e teve como objetivo fomentar o turismo local. O recurso foi encaminhado considerando o histórico do Estado de Goiás na excepção desse tipo de verbo pública. O senador também disse que permanece a disposição para quaisquer esclarecimentos. O professor Alcides, do PSDB, disse que as emendas foram destinadas para a estruturação do Conselho Tutelar no entorno de Brasília e que a partir do momento que o dinheiro chega ao governo do Estado, a responsabilidade pela aplicação é do próprio governo e também do TCE. O deputado disse ainda que como autor das emendas, espere que se forem comprovadas de irregularidades, os culpados sejam punidos. Nós sentamos contato com o ex deputado, Alcides Rodrigues, mas não tivemos retorno.